

**Imaginação e superstição no
Tratado teológico-político**
*The imagination and superstition in the
Theological –political treatise*

Luanda Gomes dos Santos Julião*

Publicado em 1670, o *Tratado Teológico-Político* (TTP), de Baruch de Espinosa, delineia-se numa época em que protestantes, judeus, cristãos, racionalistas e místicos interpretam a Bíblia cada um a sua maneira. Nesse sentido, a obra dialoga com o momento histórico¹, pois remete-se a uma época na qual muitos se diziam os detentores da palavra de Deus. No entanto, estaríamos atenuando a importância da obra se

adotássemos somente o critério da data para classificá-la, uma vez que o *Tratado Teológico-Político* não se evade da sua circunscrição temporal, mas consegue ultrapassá-la. Esta ultrapassagem se esclarece com o tema e objetivos esmiuçados na obra.

A reflexão tecida por Espinosa atravessa e inspeciona a superstição em todas as suas formas, seja ela política, religiosa e filosófica, e analisa as suas conseqüências na vida social e no governo de uma nação. Para o filósofo, a superstição desvia o homem do verdadeiro conhecimento de Deus, mantendo-nos na ignorância. Mas, afinal, o que causa a superstição e porque somos tão supersticiosos? Acerca disso, argumenta o filósofo no prefácio da obra:

Se os homens pudessem, em todas as circunstâncias, decidir pelo seguro, ou se a fortuna se lhes mostrasse sempre favorável, jamais seriam vítimas da superstição. Mas como se encontram frequentemente perante tais dificuldades que não sabem que decisão hão de tomar, e como os incertos benefícios

¹ Um texto filosófico não deve ser interpretado a partir do contexto histórico, mas é importante sabermos em que contexto político e social um texto foi escrito. Não podemos também nos esquecer de que uma das motivações de Espinosa para a redação do Tratado teológico-político é o quadro político e o desejo de dominação teológica que domina a Holanda no século XVII. Comparada com a imagem dos outros reinos, a Holanda tem uma imagem pacífica, tolerante e avançada no século XVII, pois sendo predominantemente calvinista, permite a prática de outras religiões. Embora, comparado aos demais países, a Holanda seja um país um pouco mais liberal, ou menos pior de todos, a Holanda não é uma República livre. A única vantagem da Holanda é que lá é possível escrever, publicar e não ser perseguido. Mas todas essas vantagens são vinculadas à forma de governo que impera na Holanda: a República. Mas, mesmo tendo a fama de tolerante e livre, como explicar a proibição do ensino da filosofia cartesiana em algumas universidades? Como explicar que o catolicismo foi proibido como religião oficial e haja resistência às outras reformas religiosas? Como explicar que o texto de Espinosa teve sua circulação proibida? A resposta está no fato de que a Holanda é definida por contradições, choques de facções políticas que disputam o poder da República, facções religiosas que existem dentro das religiões, ou seja, dentro do judaísmo, do catolicismo e protestantismo. Os intelectuais são religiosos, assim há disputas intelectuais dentro de cada teologia. Dessa maneira, a Holanda é uma potência aparente, pois na verdade ela é marcada por oposições e divisões. A imagem pacífica é apenas fachada, pois o país apresenta guerras religiosas e políticas. Em 1581 a Holanda se torna uma República, transformando-se assim um país independente da Inglaterra e da Espanha. Mas, essa República, que não é democrática, sofre ameaças a todo o momento por parte do partido oposicionista, o qual quer restaurar a monarquia. Temos então uma tensão no poder, a qual domina todo o período do Século de Ouro, temos dois partidos que dividem a sociedade: burguesia (republicanos) versus aristocracia (monarquia). O clero, que está envolvido com a política, possui divergências o que conseqüentemente reflete no modo de governar a nação.

da fortuna que desenfreadamente cobiçam os fazem oscilar, a maioria das vezes, entre a esperança e o medo, estão sempre prontos a acreditar seja no que for, [...], se vêem, pasmados, algo de insólito, crêem que se trata de um prodígio que lhes revela a cólera dos deuses ou do Nímen sagrado, pelo que não aplacar com sacrifícios e promessas tais prodígios constitui um crime aos olhos destes homens submergidos na superstição e adversários da religião, que inventam mil e uma coisas e interpretam a natureza da maneira mais extravagante [...]. (ESPINOSA, 2003: 6)

O medo é algo inerente ao homem, assim, “[...] há que concluir, que todos os homens lhe estão naturalmente sujeitos”. (ESPINOSA, 2003: 7). Segundo Espinosa, somos dominados pela superstição porque temos medo dos males e a esperança de bens. Por ambos serem incertos, ou seja, por estarem à mercê da sorte ou do acaso, nossa imaginação, aliada ao medo, cria um ser transcendente e onipotente que governa todas as coisas do mundo. Assim, temos medo porque imaginamos uma potência mais poderosa que nós, a qual estamos vulneráveis. Nossa imaginação é ativada porque somos perturbados por nossos desejos e principalmente porque desejamos somente bens incertos, ou seja, algo que não está nas mãos ou em poder daquele que deseja. Acerca disso, comenta Chauí:

[...] se os homens pudessem ter o domínio de todas as circunstâncias de suas vidas, não se sentiriam à mercê dos caprichos da fortuna, isto é, do acaso ou da sorte, não tomariam a ordem comum dos encontros fortuitos entre as coisas como se fosse a ordem necessária da realidade. Como, todavia, não possuem esse conhecimento e não possuem o domínio das circunstâncias de suas vidas, são habitados naturalmente por duas paixões, o medo e a esperança. (CHAUÍ, 2003: 10)

Em outras palavras, todos nós, seres humanos, estamos naturalmente sujeitos à imaginação e às superstições, pois temos medo. E quando começamos a temer por nosso destino, recorremos às superstições. Dessa maneira, é o nosso medo que sustenta a superstição.

É contundente a crítica espinosana à superstição e à maneira que a teologia se aproveita da vulnerabilidade dos homens ante o medo e às causas inexplicáveis racionalmente, conservando, portanto, o medo e a esperança. A superstição é o instrumento mais eficaz para tornar os homens submissos e obedientes, sem que eles mesmos se dêem conta disso. Assim sendo, a superstição é usada pela teologia como um instrumento político para governar e manipular as massas. Institucionalizada, a superstição consegue controlar a multidão com regras e normas religiosas que são aceitas pelo povo sem questionamento ou senso crítico.

Para o autor, o único bem certo para o homem é o conhecimento, assim, a superstição é ausência de conhecimento e ignorância. Espinosa faz uma relação entre a imaginação e a superstição e defende o uso da razão, pois quando não estamos imersos na razão, acreditamos em qualquer coisa que nos conforte. Quando deixamos a razão de escanteio, o caráter amedrontador do homem gera através da imaginação devaneios e fantasias, propiciando o apego a qualquer argumento que lhe dê segurança, independente dele ser ou não bizarro. Dessa maneira, para mostrar que adquirimos uma concepção supersticiosa de Deus, Espinosa recorre às Sagradas Escrituras para expor até onde a nossa imaginação, guiada por preconceitos, dogmas da teologia e interesses políticos, nos leva a respeito da concepção de Deus. Nesta vertente, para provar o quanto os homens estão empestados e cegos pelos preconceitos da teologia e da religião, Espinosa faz uma análise crítica, histórica e



filológica da *Bíblia*, ou seja, uma interpretação sem superstições ou opiniões preconcebidas, focada principalmente na língua e na história dos textos. Um de seus intuitos com essa análise é mostrar que a Escritura contém apenas ensinamentos morais e religiosos bastante simples, ou seja, não possui nenhum mistério e as dificuldades em interpretá-la resultam do desaparecimento da língua em que foi originalmente escrita, de não se saber exatamente quando os textos foram compostos, quais foram os verdadeiros autores, para quem e com qual objetivo os textos foram escritos, em quais circunstâncias foram registrados ou qual destino tiveram. Nas palavras do autor:

Toda a gente diz que a Sagrada Escritura é a palavra de Deus que ensina aos homens a verdadeira beatitude ou o caminho da salvação: na prática, porém o que se verifica é completamente diferente. (ESPINOSA, 2003: 114)

Tomando como ponto inicial o que está escrito na Escritura como a mais pura verdade, a teologia se apropria das narrativas da *Bíblia* e se julga a única capaz de dizer o significado daquilo que ali está escrito, ou seja, interpretá-la. Para Espinosa, tomar os fatos bíblicos como uma verdade incontestável sem antes investigá-los, utilizando apenas a fé para confirmá-los, mesmo que tudo indique que são falsos, é uma estupidez. Quando a religião se reveste com uma roupagem política ou

filosófica, ela deixa de ser religião. O que deveria ser um instrumento de beatitude e salvação torna-se objeto de manipulação. O vulgo não está preocupado em viver de acordo com os verdadeiros ensinamentos da *Bíblia* e sim em interpretá-los e deturpá-los de acordo com seus objetivos. A maioria dos teólogos quer extorquir dos Livros Sagrados as suas próprias fantasias e arbitrariedades, legitimando-as assim com a autoridade divina. Dessa maneira, adotam invenções e preconceitos humanos como se fossem ensinamentos sagrados, imaginando “[...] que nos Livros Sagrados se escondem mistérios profundíssimos e nisso, quer dizer, na investigação desses absurdos, se afadigam, desprezando outras coisas que seriam bem mais úteis”. (ESPINOSA, 2003: 115). Para o filósofo, ao invés de proporcionar a difusão do bem e da caridade, a religião passou a ser objeto de discórdia e de ódio entre os homens. A disputa por quem melhor defende suas idéias e demonstra o “melhor” conhecimento de Deus é acirrada e gera violência. Por isso, nas palavras do autor, “é preciso ler o texto por ele mesmo”.

1- “É preciso ler o texto por ele mesmo²”

Como explicar que “Isaías vê Deus vestido e sentado num trono régio, enquanto que Ezequiel o vê como uma chama[?]”. (ESPINOSA, 2003: 38). Como esclarecer que o *livro I de Samuel, no capítulo XV, 29,*

² O método de Espinosa contém as seguintes características: saber qual a natureza e propriedades da língua em que os livros foram escritos e o que os autores falavam habitualmente. Para isso é muito importante saber a história da língua hebraica, pois a Escritura deve ser analisada com base em sua norma lingüística; dar extrema atenção com as opiniões ambíguas, obscuras ou contraditórias presentes na Escritura, de maneira que assim se descubra o verdadeiro sentido do texto. Ser imparcial, ou seja, tentar ao máximo não se deixar influenciar por opiniões preconcebidas e tirar todos os princípios e fundamentos exclusivamente do texto examinado e, principalmente, não forçar ou supor o sentido do texto, tentando ajustá-lo aos nossos juízos. Saber em que ocasião, época e para qual nação os ensinamentos foram escritos, a vida os costumes e hábitos de cada um dos autores, em que língua eles escreviam, em que mãos os livros foram parar, quantas versões sofreram e como foi incluído entre os Livros Sagrados. Em suma, fazer uma análise histórico-filológica das Sagradas escrituras.

alega que “[...], Samuel acreditava que Deus, quando decidia alguma coisa, não mais voltava atrás” (ESPINOSA, 2003: 47), enquanto que no livro de Jeremias, *capítulo XVII, 8-10*, diz que

[...] a Jeremias foi revelado o contrário, ou seja, que Deus apesar de já ter decidido qualquer castigo ou benefício para uma nação, pode ainda revogar a sua decisão caso os homens, depois de pronunciada tal sentença, mudem para melhor ou para pior? [...] Em contrapartida, não há nada que Paulo ensine mais abertamente que a idéia de que os homens não possuem nenhum domínio sobre as tentações da carne a não ser por uma especial vocação e graça de Deus. (ESPINOSA, 2003: 47)

Em suma, como esclarecer que a Bíblia possui opiniões diferentes sobre um mesmo assunto? Como elucidar que Abraão, no livro do *Gênesis, capítulo XV, versículo 8* e Gedeão, em *Juízes, capítulo VI, versículo 17*, pedem a Deus um sinal como garantia da profecia? E o próprio Moisés adverte, no *Deuteronômio, capítulo XVIII, no último versículo*, que os profetas devem exigir de Deus um sinal para ter certeza da profecia. Ou seja, já que a profecia sem sinal não tem valor nenhum, onde está a segurança do prenúncio? E Deus precisa garantir alguma coisa? As leis do Antigo Testamento foram prescritas e reveladas somente aos hebreus ou elas são universais? Por que se diz que os hebreus foram o único povo escolhido por Deus, se na própria Escritura, no Salmo *CXLV, 18*, se lê que “[...], Deus está próximo de todos aqueles que o chamam, de todos os que verdadeiramente o chamam. E, ainda no mesmo salmo, no *versículo 9*: Deus é benigno para todos e a sua misericórdia (estende-se) a tudo que ele fez”. (ESPINOSA, 2003: 57). Como explicar os diferentes tipos de profecia? E por que elas variavam de um profeta para o outro? Eles não tinham certeza absoluta do que haviam previsto?

O que significa Espírito de Deus infundido nos profetas? “Em que sentido os profetas falavam pelo Espírito de Deus [?]”. (ESPINOSA, 2003: 23). Como esclarecer que a história de *Ezequias* presente no livro de *Isaías*, está transcrita no *livro dos Reis* (a partir do versículo 17, *capítulo XVIII do livro II*) e também nas *Crônicas dos Reis de Judá*, em *Paralipômenos*, livro II, capítulo XXXII, no penúltimo versículo? Como esclarecer que Moisés escreveu sua própria história e a de seu povo ou falou de si mesmo no pretérito e em terceira pessoa, usando expressões como, por exemplo: “[...] e Moisés escreveu a lei” (ESPINOSA, 2003: 141), presente no livro *Deuteronômio, capítulo XXXI, 9*? E compôs frases, como, [...], “Deus falou com Moisés, Deus falava com Moisés cara a cara, Moisés era o mais humilde de todos os homens” (ESPINOSA, 2003: 143), presentes no livro dos *Números*, capítulo XII, 3? Em outros termos, como explicar que o *Pentateuco* apresenta indícios de que não foi escrito por Moisés e sim por alguém que muito tempo depois decidiu relatar e registrar a história do legislador. Como também explicar que Moisés alegava não ser possível contemplar a face de Deus, pois quem a contemplasse morreria na hora, pois a natureza do ser humano é inferior à natureza superior de Deus e já outros profetas, como *Isaías*, *Ezequiel* e *Daniel*, afirmaram ver a face de Deus?

Por que Paulo “[...], ensinou que ninguém pode vangloriar-se das obras, mas apenas da fé, que ninguém é justificado pelas obras (*Epístolas aos Romanos*, cap. III, 27,28), [e] Tiago, pelo contrário, ensina na sua Epístola que o homem é justificado pelas obras e não apenas pela fé (*Epístola de Tiago*, cap. II, 24), resumindo todo a doutrina religiosa em brevíssimas palavras [?]”. (ESPINOSA, 2003: 194). Em outras palavras, por que há divergências entre os apóstolos sobre os ensinamentos de Cristo? Enfim, como elucidar tantas discrepâncias e contradições a respeito de Deus? Essas e muitas outras dúvidas são colocadas a



xeque em seu método de interpretação³ da *Bíblia*. O que o filósofo quer nos mostrar é que as Sagradas Escrituras foram negligenciadas e sofreram as ações do tempo. Além de ser incompleta, apresenta fundamentos insuficientes e vestígios de alterações, e é devido a isso que Espinosa diz que não é possível fazer uma reconstituição integral dos seus princípios e fundamentos. Além disso, por estar sempre no campo da imaginação, a Escritura apresenta múltiplas contradições. Mas em compensação, não é porque ela apresenta todas essas dificuldades e problemas que Espinosa pensa em descartá-la. Muito pelo contrário, pois apesar de toda a corrupção sofrida, o filósofo toma a Escritura como um texto que pode ser analisado historicamente e que contém a essência da verdadeira religião.

O primeiro alvo de Espinosa no TTP é a profecia e a veracidade do que o profeta diz prever. Reconhecidos pelo vulgo como “mensageiros” de Deus ou homens superiores em virtude de receberem as revelações divinas e divulgar seus preceitos e ensinamentos ao povo, os profetas sempre foram considerados detentores de um Espírito de Deus. Tal mito é sustentado através de alguns trechos da Escritura onde se diz, por exemplo, “[...], e voltou-lhe o Espírito”, presente no livro de

Samuel I, cap. XXX, 12; “[...], certamente, o espírito está no homem”, que consta em *Jó*, cap. XXXII, 12 e “[...], o homem em que está o espírito” (ESPINOSA, 2003: 23), que aparece em *Números*, cap. XIV, 24 e outras frases do gênero. Fundamentado por frases desse tipo, o vulgo afirma que os profetas eram dotados do Espírito de Deus ou que o Espírito de Deus estava infundido nos profetas.

Dessa maneira, a partir da origem da palavra hebraica *ruagh*, que literalmente significa vento em hebraico, mas que vulgarmente foi traduzida por Espírito, Espinosa averigua quais os sentidos e significados que ela pode adquirir dentro de uma frase. Ao nos depararmos com a quantidade de significados, entre os quais ânimo, hálito, respiração, coragem, virtude, convicção, força e mente, percebemos a falta de consonância entre o sentido real da frase e o sentido imposto ela. Assim, a expressão “espírito de Deus”, empregada principalmente quando se fala em profecias pode significar um vento forte, uma pessoa corajosa ou uma pessoa virtuosa. Enfim, quando lemos que o profeta está repleto do espírito de Deus isso simplesmente significa que o profeta era virtuoso, corajoso, eloqüente.

Espinosa nos mostra que todos os profetas usavam como recurso a imaginação para

³ Mas o método de Espinosa apresenta algumas dificuldades, entre elas a exigência de um domínio total da língua hebraica, o qual não é possível, pois a história completa do hebraico não sobreviveu ao tempo e por isso não é possível conhecer todos os sentidos e ambigüidades que um texto pode ter. Assim, há frases e textos que são inexplicáveis na Bíblia. Uma outra dificuldade reside no fato de não saber por quantas e quais vicissitudes passaram os livros da Escritura. “De muitos desses livros, ignoramos completamente quem foi o autor ou, se prefere, quem os escreveu, ou então temos dúvida”. (ESPINOSA, 2003:128). Uma outra dificuldade também reside no fato de não termos de alguns livros o texto na língua em que originalmente foram escritos. Mas apesar de todas essas dificuldades, Espinosa ressalta que “[...] todas essas dificuldades podem apenas impedir que compreendamos o pensamento dos profetas no que se refere a coisas ininteligíveis e que não sejam senão imaginárias, mas de forma alguma no que se refere a coisas que é possível compreender pelo entendimento e das quais podemos facilmente formar um conceito claro”(ESPINOSA, 2003: 130).

falar com Deus ou ter acesso a uma revelação divina. Os profetas não foram “pessoas especiais”, ou seja, não foram homens dotados de uma mente mais perfeita ou diferente das outras pessoas, mas possuíam apenas uma grande capacidade de imaginar as coisas. É exatamente por isso que o conteúdo da profecia só pode ser aceito por alguém na base da fé, a qual implica uma relação de crença e confiança no profeta. Assevera Espinosa:

Tendo, portanto, os profetas percebido através da imaginação o que Deus lhes revelou, não restam dúvidas de que eles poderiam ter percebido muitas coisas que excedem os limites do entendimento, pois com palavras e imagens se podem compor muitas mais idéias do que só com os princípios e as noções em que se baseia todo o nosso conhecimento natural. É, além disso evidente a razão por que os profetas perceberam e ensinaram quase tudo por parábolas e enigmas e exprimiram sob forma corpórea todas as coisas espirituais: é que assim elas se adaptam melhor à natureza da imaginação. (ESPINOSA, 2003: 30-31)

Mas os profetas tinham um diferencial: “[...] eram dotados de uma virtude singular e acima do comum e cultivavam, com exímia perseverança, a piedade, além de que percebiam a mente e a intenção de Deus”. (ESPINOSA, 2003: .29). E é exatamente esse diferencial que explica as frases presentes na Escritura, como por exemplo, “[...], o profeta teve o espírito de Deus, Deus infunde o seu espírito nos homens, os homens estão repletos do

espírito de Deus e do Espírito santo, etc”. (ESPINOSA, 2003: .29). Assim, para Espinosa, os profetas têm o objetivo de ensinar apenas a justiça e a caridade.

“Derrubando” o profeta⁴, ou seja, aquele que tem ou interpreta a palavra de Deus, Espinosa demoli toda a estrutura construída pela teologia em cima desse “personagem”, uma vez que a Escritura é dita sagrada porque é considerada revelada e, portanto, seu núcleo está fundamentado nos textos proféticos. Ao apontar que o que os profetas diziam a respeito de Deus era apenas fruto da imaginação de um ser humano comum, Espinosa demonstra a fragilidade ou falsidade de tudo o que foi erigido por parte da teologia em cima da idéia de que esses homens eram superiores aos outros e que Deus só falava com eles. “Na verdade, o que Espinosa afirma contra a tradição teológica (que concebe o profeta dotado de um intelecto superior) é que para ser profeta não é preciso uma inteligência superior nem, muito menos, supra-humana, e sim uma imaginação muito viva” (CHAUÍ, 2003:77).

Novamente Espinosa. Quase todos os profetas foram “[...], homens rústicos e alheios a qualquer ciência que tiveram o dom profético”. (ESPINOSA, 2003: 30). Foram homens que se sobressaíram pela imaginação, exatamente por serem menos aptos a compreenderem as coisas intelectualmente. E é justamente por procederem da imaginação do homem, que as profecias variam de um profeta para outro e cada profeta visualiza Deus de uma determinada maneira. “As profecias variam segundo as opiniões perfilhadas pelos

⁴ É importante deixarmos claro que Espinosa não invalida a profecia profética. O filósofo esclarece que a profecia é um conhecimento imaginativo que ultrapassa o que o intelecto permite conhecer e por isso fica abaixo e não além do conhecimento verdadeiro. No entanto, isso não anula a imaginação profética, uma vez que Espinosa deixa claro que o profeta não é teólogo, não pretende nenhum conhecimento especulativo, pois não há conteúdos especulativos nas Escrituras. As Escrituras não tem o objetivo de conhecer a essência nem a potência de Deus, mas simplesmente aceita sua existência e justiça, e pretende ser mensageiro e intérprete do que considera vontade divina, isto é, a Lei hebraica. Sua atividade é política e não especulativa.



profetas e que estes tiveram opiniões diferentes, até mesmo opostas, além de preconceitos diversos”. (ESPINOSA, 2003: .39). Isso explica, porque “[...], as profecias de Ezequiel e de Amós não possuem o estilo elegante da de Isaías e Naum e estão escritas de forma mais rude”. (ESPINOSA, 2003: 37).

Noutros termos, a variação da profecia se explica pelo fato dela estar relacionada às características do próprio profeta, ou seja, estarem relacionadas ao temperamento, caráter, opiniões, costumes e condição social de cada um. Acerca dos profetas, Chauí em seu comentário nos elucidada:

O profeta não é portador de conhecimentos especulativos e científicos sobre as coisas naturais e espirituais. Não é filósofo, não é cientista e não é teólogo. Seus conhecimentos não são fundados em evidências racionais e conceituais, mas em certezas morais, baseadas em signos indicativos (vozes, sonhos, figuras, imagens, visões), na vivacidade de sua imaginação e no fato de estar sempre movido pelo sentimento do bem e da justiça. Dando a Deus qualidades e características humanas, freqüentemente as

do legislador, do juiz, do guerreiro, do dirigente, o profeta, desconhecendo a essência divina, tende a personificar Deus e dar-lhe qualidades psíquicas, particularmente paixões (cólera, ciúme, vingança, misericórdia, hesitação etc.) e, portanto, a imaginá-lo como dotado de um corpo semelhante ao humano, pois as paixões são afecções corporais que se exprimem na alma (CHAUI, 2003: 79).

Esse fato explica por que Moisés acreditava que a natureza de Deus estava sujeito a todos os condicionamentos humanos, que Deus possuía vontades, ciúmes, benevolência e misericórdia.

Um outro embasamento atacado por Espinosa no TTP são os milagres⁵. O filósofo nos mostra em quantos preconceitos os homens estão mergulhados em relação à natureza de Deus. O vulgo afirma que o poder de Deus se manifesta sempre que ocorre algo de contrário à normalidade das coisas, ou seja, sempre que acontece algo de contrário à opinião que habitualmente temos da natureza. Assim, tudo que o vulgo desconhece ou não consegue explicar é taxado de divino

⁵ É importante ressaltarmos que apesar de muitas vezes o milagre ser associado à profecia, ambos são diferentes: “[...], a profecia é um saber sobre o destino do povo e pede a Deus um signo de sua realização. O sinal enviado de maneiras múltiplas e em ocasiões diversas, não é um milagre, mas apenas uma prova suplementar de que o acontecimento entrevisto pelo profeta decorrerá necessariamente do decreto divino. O milagre, ao contrário da profecia, recusa tal necessidade e faz com que o decreto divino pareça inteiramente arbitrário e, sobretudo, antagônico aos decretos eternos de Deus que se manifestam em outra palavra, isto é, nas leis da Natureza.” (CHAUI, 2003: 29). Também não se pode esquecer que para explicar os milagres, Espinosa segue um método inteiramente diferente do que tinha usado para interpretar a profecia. Ou seja, sobre as profecias, Espinosa afirma apenas o que pode concluir dos fundamentos revelados nos Livros Sagrados, ao passo que com os Milagres, Espinosa usa principalmente os princípios conhecidos pela luz natural. Isso se dá porque a profecia ultrapassa a compreensão humana e trata-se de uma questão teológica, não se pode afirmar e nem saber em que a profecia consiste exatamente, a não ser a partir de princípios revelados, extraindo assim alguns dogmas que lhe permitem conhecer as suas propriedades. Em relação aos milagres, uma vez que este se refere a uma investigação filosófica, Espinosa resolveu investigá-lo através da luz natural. Mas demonstra também que os milagres também podem ser investigados através de dogmas e princípios extraídos da Escritura, expondo alguns exemplos como o Salmo CXLVIII e o capítulo XXXI, 35,36 do livro de Jeremias.

ou milagroso. Dessa maneira, a palavra milagre refere-se apenas às opiniões humanas e significa “[...] um fato cuja causa natural não podemos explicar ou pelo menos quem registra ou conta o milagre não pode explicar por analogia com outra coisa que habitualmente ocorre” (ESPINOSA, 2003: 98).

Espinosa nos explica que os primeiros milagres surgiram com o objetivo de convencer os gentios de que o Deus dos hebreus era muito mais poderoso e superior aos deuses visíveis, como o Sol e a Lua, adorados pelos gentios. Os primeiros judeus narravam os milagres tentando convencer os outros povos de que toda a natureza seguia as ordens de um Deus invisível e que pelo fato deles adorarem esse Deus eram um povo privilegiado e mais amado dos que os outros povos. Assim, os milagres persuadiam as pessoas da existência de uma divindade com poder superior a tudo aquilo que eles conheciam e que zelava apenas pelos hebreus. Argumenta Espinosa:

No tempo de Josué, [...], os hebreus acreditavam, e o vulgo ainda hoje acredita, que o Sol se movia segundo o chamado movimento diurno, enquanto a Terra estava imóvel, adaptando a essa opinião preconcebida o milagre que lhes aconteceu durante a guerra contra aqueles cinco reis. Não se limitaram, pois, a contar que esse dia tinha durado mais do que o habitual: acrescentaram que o Sol e a Lua tinham parado, ou seja, que tinham interrompido o seu movimento, coisa que a essa altura lhes podia ser de grande utilidade para convencer os gentios, que adoravam o Sol, e para lhes provar pela própria experiência que o Sol estava submetido ao poder de uma outra divindade que só com um gesto o obrigava a alterar o seu curso natural. Assim, em parte por religião, em parte por opinião preconcebida, pensaram e descreveram um fato totalmente diferente daquilo que

podia realmente ter acontecido.
(ESPINOSA, 2003: 108-109)

Nesse trecho, Espinosa nos mostra que a Escritura descreve como milagres diversos fatos que podem facilmente ser compreendidos pelos princípios das causas naturais e comprova que quando se desconhece as leis da Natureza, eventos como esse são narrados como miraculosos e divinos. Por essa razão, o texto bíblico vincula-se à necessidade da persuasão e não da evidência. O conteúdo da Escritura foi adaptado à compreensão da plebe, só assim pode sem problemas ser acolhida e entendida por todos. Se a Escritura fosse explicada através de encadeamentos de definições seria entendida apenas por um restrito número de sábios, capazes de perceber as coisas clara e distintamente. Nesta perspectiva, as verdades defendidas pela Escritura são demonstradas apenas pela experiência, a qual não fornece nenhum conhecimento claro do que é Deus e de que forma ele dirige tudo o que existe. Em outras palavras, a Escritura não está preocupada em ensinar coisas meramente especulativas, mas unicamente em narrar fatos que dão margem à imaginação, uma vez que não tem nenhuma pretensão em convencer a razão, mas apenas impressionar e ocupar a fantasia e a imaginação dos homens. Sob essa ótica, observa o autor:

[...] Não se pode entender, nem a essência, nem a existência, nem a providência de Deus, através dos milagres, [...], ela [a existência e essência de Deus] deve necessariamente deduzir-se de noções cuja verdade seja tão firme e inabalável que não possa haver nem conceber-se um poder capaz de alterá-las. (ESPINOSA, 2003: 99)

Para Espinosa, é preciso ter uma idéia clara e distinta da natureza de Deus, ou seja, Deus existe necessariamente e está em toda a parte e tudo o que nós concebemos envolve em si a natureza de Deus e é



concebida por ela. A Escritura ensina que existe um único Deus, ou seja, um ser que criou, dirige e sustenta tudo o que existe e que cuida de todos os homens que vivem piedosa e honestamente, e que castiga aqueles que cometem pecados. Tudo isso a Escritura demonstra através das histórias narradas, sem apresentar nenhuma definição clara e distinta e adaptadas à mentalidade e compreensão do vulgo. Os milagres convencem e persuadem as pessoas da existência de uma divindade com poder superior, mas eles não fornecem um conhecimento verdadeiro de Deus, ou seja, os milagres não convenceram as pessoas de que “[...], Deus cuida igualmente de todas as coisas, [sem distinção], pois isto só a Filosofia o pode ensinar”. (ESPINOSA, 2003: 104). Mas, o que Espinosa quer nos dizer com verdadeiro conhecimento de Deus? Com essência e existência deduzidas de noções inabaláveis? E o que a Filosofia tem a ver com isso?

Uma digressão aqui se impõe.

2- “Substância única absolutamente infinita e causa eficiente imanente do universo”

Não há dúvidas entre os estudiosos e comentadores de Espinosa de que existe um diálogo entre a *Ética* e o *Tratado Teológico-Político*. A negação do finalismo e antropomorfismo de Deus, presentes principalmente na primeira parte da *Ética*, influenciaram a redação do *Tratado Teológico Político*. Nesse sentido é que se afirma que a *Ética* possui uma crítica à religião, pois Espinosa escreve contra a transcendência.

Para a redação do TTP, o filósofo interrompe a composição da *Ética*, obra que começara a escrever em 1661 e que nessa altura já possuía três partes. Quando

finaliza o TTP, o filósofo retoma à *Ética* e finaliza as outras duas partes restantes. Mas, diferente do TTP, a *Ética* só será publicada após a sua morte.

A Parte I da *Ética* despersonaliza Deus e concebê-lo como substância única absolutamente infinita e causa eficiente imanente do universo. Em comentário à obra do autor, Chauí nos esclarece. A *Ética*,

[...] não é, explicitamente, um texto político. Todavia, porque nele acompanhamos a mais incisiva demolição do imaginário teológico, nele encontramos a demolição dos alicerces do poder teológico-político e, por conseguinte, as condições para a determinação do campo político sem as balizas da teologia. (CHAUI, 2003: . 95)

Na *Ética*, Espinosa elucida que é possível conhecermos Deus sem imagens, ou seja, sem profecias. Tal conhecimento se dá somente através de idéias e conceitos. Esse conhecimento é possível em decorrência da relação da nossa mente com o intelecto divino, do qual somos uma parte finita. Dessa maneira, participamos do pensamento de Deus e Deus constitui a natureza de nossa mente. É exatamente por isso, que o filósofo nos diz que não há diferença entre profecia e conhecimento natural, pois todo e qualquer conhecimento pela luz natural da razão depende do conhecimento que tenhamos de Deus, uma vez que Deus é a própria Natureza e que nossa mente é uma expressão singular do pensamento divino. Em outras palavras, tudo o que a mente conhece é revelado por Deus. Sem Deus nada existe nem pode ser concebido, pois ele é a causa das essências, existências e operações de todas as coisas. Todas as coisas da Natureza envolvem e exprimem a idéia de Deus. Daí decorre o argumento do autor no TTP:

De quanta presunção se arroga a insensatez do vulgo, que não tem de Deus nem da natureza um só conceito que seja correto, que confunde as volições de Deus com as dos homens e que, ainda por cima, imagina a natureza de tal modo limitada que acredita ser o homem a sua parte principal. (ESPINOSA, 2003: 96)

Deus é a substância, ou seja, o ser cuja essência só pode ser concebida existente, ou seja, cuja essência é sua própria existência. Noutros termos, substância é o ser que é causa de si, existe em si e por si, é concebida em si e por si mesma e sem o qual nada existe nem pode ser concebido. Ao causar-se a si mesma, causa a existência e a essência de todos os seres do universo. A substância é absolutamente infinita e potência absoluta, pois causa-se a si mesma e é causa eficiente de todas as coisas. Novamente o comentário da Chauí:

Há uma única e mesma substância constituindo o universo inteiro e essa substância é eterna, não porque contenha o começo e o fim dos tempos, mas porque é ausência de tempo, pois nela existir, ser e agir é um só e o mesmo. Essa substância é Deus. (CHAUÍ, 2003:96)

Para Espinosa, Deus é um ser dotado de uma capacidade infinita e que tem infinitos atributos. Conhecemos Deus através da sua atividade, isto é, através dos seus atributos, os quais são atividades da potência de Deus. Apesar de Deus possuir infinitos atributos, só percebemos dois deles: pensamento e extensão. Os atributos se exprimem nos modos finitos e infinitos da atividade da substância. Os modos podem ser classificados como o que é em outro e é concebido por outro, isto é, eles exprimem a atividade do atributo e não existem fora dos atributos. O modo finito é a expressão singular da atividade do atributo. Há outros iguais na natureza, ou seja, é delimitado por outro da mesma natureza. Nós, seres humanos, por exemplo, somos uma

essência singular dotada de corpo e mente, ou seja, somos um modo finito da substância. O modo infinito é a expressão direta da atividade do atributo, é infinito e não há outro igual a ele na natureza. A matéria, por exemplo, é um modo infinito da extensão; e a racionalidade é um modo infinito do pensamento.

Se a parte I da *Ética* nos mostra que Deus é a natureza que causa todas as coisas, que tem a existência necessária e que somos modos dos atributos de Deus, ou seja, participamos da existência necessária de Deus, na *Ética II*, Espinosa faz uma distinção entre o corpo e a mente. Os corpos não são substâncias e sim modificações determinadas da extensão; as idéias modificações determinadas do pensamento. Ambos são diferentes nas suas causalidades. Nesse sentido, idéias produzem idéias e corpos produzem corpos, mas ambos se relacionam como constituintes de uma singularidade modal determinada: o homem. Acerca da segunda parte da *Ética*, Chauí explica:

Na parte II, Espinosa demonstra que a idéia cujo objeto ou ideado é o corpo humano chama-se mente, a qual, portanto, como o corpo, também não é uma substância: ela é a idéia de seu corpo, na medida em que a primeira coisa que constitui o ser atual da mente humana não é senão uma coisa singular em ato e essa coisa singular é seu corpo porque o objeto da idéia que constitui a mente humana é o corpo, isto é, um modo determinado da extensão, existente em ato e não outra coisa. (CHAUÍ, 2003: 130)

Para o filósofo, a mente é a idéia do corpo. Nesse sentido, toda a atividade da mente é uma idéia do que se passa no corpo, ou seja, tudo o que uma mente pensa é algo que ocorreu no corpo. A mente é apta a perceber tudo o que passa no corpo, ou seja, perceber todas as afecções do corpo, seja por idéias adequadas ou imaginativas.



Mente e corpo são atividades distintas, mas referem-se à atividades do mesmo ser e da mesma potência, assim, há uma comunicação entre os dois por causa da substância. A mente é uma atividade de pensamentos ou produtora de idéias que tem seu grau de potência e da mesma maneira que ocorre com os corpos, pode ocorrer aumento entre as mentes (soma) e choque (diminuição) de potências. Haverá um choque ou diminuição de potências, quanto estas forem contrárias umas às outras. Se a potência de ambas as mentes forem convenientes ou tiverem um mesmo interesse, ocorrerá uma soma, uma junção de potências.

Tudo tem potência, dessa forma, indivíduos de uma mesma natureza podem produzir efeitos ou afecções num outro indivíduo. A questão é saber se a potência é mais forte ou mais fraca, pois essas potências podem ser convenientes ou contrárias. Quando um corpo se encontra com um outro corpo, isso gera um encontro de atividades. O indivíduo é um ser singular dotado de uma atividade única e interna e todas as suas partes atuam em conjunto. Nesse sentido, quando dois indivíduos realizam a mesma ação, os dois são um só, um único indivíduo. Da mesma forma, quando duas mentes realizam uma mesma ação, elas se transformam numa mente só. É por isso que Espinosa define por mente coletiva um grupo em que mais de uma pessoa pensa a mesma coisa ou tem uma mesma idéia, indicando que o conteúdo e a potência da mente se comunicam.

Espinosa nega que haja correspondência entre corpo e mente. Corpo só causa efeito em corpo e mente só causa efeito em mente. A ordem e a conexão das idéias é a mesma que a ordem e conexão das coisas, mas elas não se comunicam. O movimento da mente não acompanha o movimento do corpo, ou seja, para que algo ocorra na mente, não é necessário que ocorra no

corpo. Para o filósofo, extensão e pensamento são duas ordens distintas e simultâneas.

Na parte III da *Ética*, Espinosa faz uma demonstração geométrica dos afetos. Os afetos referem-se à idéia de aumento (alegria) ou diminuição (tristeza) da potência do corpo. O filósofo faz uma longa classificação dos afetos, dando a cada um deles uma definição. Por exemplo, diz que o medo equivale à tristeza diante de algo incerto, ao qual eu não tenho certeza se ocorrerá ou não. O medo é contrário à nossa potência. Já a esperança, equivale à alegria diante de uma coisa futura e incerta, ou seja, é oposta ao medo.

Com a *Ética*, Espinosa afasta da substância absolutamente infinita a imagem antropocêntrica, mostrando que Deus não é transcendente e nem possui vontades. Se o vulgo insiste em dizer que Deus tem um corpo, que está sentado num trono de onde julga tudo e todos e está investido de um poder como o dos reis, Espinosa mostra como eles estão completamente enganados, pois conforme observa o autor:

Quem quer que saiba alguma coisa mais do que o vulgo sabe que Deus não tem direita nem esquerda, que não se move nem permanece imóvel, que não está num determinado lugar mas que é absolutamente infinito e contém em si todas as perfeições. (ESPINOSA, 2003:109)

Os decretos divinos são verdades eternas e não o capricho e a autoridade de um Deus legislador. Para o filósofo, Deus age e dirige todas as coisas unicamente pela necessidade da sua natureza e perfeição. “Os seus decretos, [...], são verdades eternas e implicam sempre uma necessidade”. (ESPINOSA, 2003: 76).

Assim, Deus só é descrito como legislador e apelidado de justo e misericordioso por falta de conhecimento.

3- O mito do “Povo escolhido” e a “verdadeira religião”.

O *Tratado Teológico-Político* também derruba a crença de que a nação hebraica foi a única escolhida por Deus. Espinosa discute o mito do Povo Eleito analisando um conjunto de expressões, como, por exemplo, governo de Deus, auxílio de Deus, eleição de Deus. E assim, conclui:

[...], os hebreus não foram superiores às outras nações, nem pela sua ciência nem pela sua piedade, mas por uma outra razão. [...] A nação hebraica foi escolhida por Deus, não pela sua inteligência ou serenidade, mas sim pela organização social e pela fortuna que lhe propiciou um Estado e lho conservou por tanto anos, [...], os hebreus só são superiores às outras nações pela forma feliz como geriram aquilo que dizia respeito à sua segurança de vida, superando assim enormes perigos, tudo graças unicamente ao auxílio externo de Deus; mas quanto ao resto, foram iguais aos outros, já que Deus é igualmente propício a todos. (ESPINOSA, 2003: 51-52).

Dessa maneira, a eleição dos hebreus consiste apenas na prosperidade temporal do seu Estado.

Quanto aos cultos e cerimônias encontradas no Antigo Testamento, o filósofo nos mostra que estas foram instituídas por revelação e por esse motivo foram ligadas à lei de Deus. E que esses cultos e cerimônias foram criadas exclusivamente para os hebreus e adaptados ao seu Estado, ou seja, as cerimônias referem-se apenas aos hebreus. De acordo com o autor, a Escritura demonstra, através de diversas passagens, entre as quais estão trechos do profeta Isaías e os Salmos, que “[...] as

cerimônias não prometem nada a não ser vantagens materiais, enquanto que pelo cumprimento da lei divina universal, e só por ele, se promete a beatitude”. (ESPINOSA, 2003: 82).

Em suma, as cerimônias e cultos tinham apenas a função de manter a prosperidade no Estado hebraico e principalmente impedir que os homens agissem por deliberação própria, de modo que eles continuassem a viver de acordo com as ordens impostas por pessoas que se julgavam superiores ao restante da população. Ou seja, a lei de Moisés foi criada em função do Estado e principalmente para coagir ou inibir os ânimos e as paixões dos hebreus. A própria história do povo hebreu nos relata que após abandonarem o Egito, os hebreus tiveram a oportunidade de criarem e instituírem regras e leis num novo Estado. Mas, pelo fato da maioria, ou mesmo todos, não serem aptos para o exercício do Direito ou mesmo por estarem debilitados pelos anos de escravidão, decidiram deixar o poder nas mãos de um só “[...] que fosse capaz de mandar nos outros, de os coagir pela força e de, finalmente, lhes prescrever leis e interpretá-las”. (ESPINOSA, 2003: 87). Moisés concentrou o poder em suas mãos porque convenceu seu povo de que era superior aos outros por virtude divina. Dessa forma, conseguiu instituir e prescrever ao povo o direito divino. E para que seu povo cumprisse e aceitasse todas as regras e leis com consentimento, não tanto por medo, mas de espontânea vontade e com devoção, introduziu a religião no Estado.

O objetivo das cerimônias foi, portanto, fazer com que os homens nunca atuassem por deliberação própria, mas sim segundo as ordens de outrem, e reconhecessem, em todas as ações e em todos os pensamentos, que não eram donos de si mesmos e estavam, pelo contrário, inteiramente submetidos a normas



impostas. E dessa maneira, “[...], os rituais⁶ nada adiantam para a beatitude e que os do Antigo Testamento, até mesmo toda a lei de Moisés, têm unicamente em vista o Estado dos hebreus e, por consequência, os bens materiais. (ESPINOSA, 2003: 88-89)

Espinosa também faz a seguinte investigação: os apóstolos escreveram as suas epístolas como profetas ou como doutores? Há distinção entre a figura do profeta e a do apóstolo?

“Se repararmos no estilo, verificamos que o das epístolas é muito diferente do da profecia. Os apóstolos usam sempre o raciocínio “de tal modo que não parecem profetizar e sim discutir”. (ESPINOSA, 2003: 186-187). Os apóstolos falam de acordo com as suas opiniões. Paulo, por exemplo, fazia longas deduções e discussões. Cada apóstolo teve a liberdade de desenvolver o seu próprio método de divulgação e fundamentar arbitrariamente os ensinamentos de Cristo, o que gerou divergências entre eles. Já nas profecias, Deus apenas fala, não raciocina. Os profetas falavam por ordem, decreto de Deus, em nome de Deus. Novamente Chauí:

[...], as Epístolas foram escritas por doutores e, portanto, como ensinamento pessoal e privado, bastando, para comprová-lo, examinar seu estilo: os profetas costumavam garantir que falavam por ordem de Deus não só quando falavam em público, mas também em suas cartas; nas Epístolas dos apóstolos não encontramos

nada que se pareça, o apóstolo fala segundo sua própria opinião, em muitas passagens exprime dúvidas, incertezas, perplexidades. (CHAUÍ, 2003: 51).

Assim, num primeiro momento, a diferença entre o saber do profeta e do apóstolo refere-se apenas aos ensinamentos recebidos pela luz revelada, por mandato divino, no caso dos profetas, e a luz natural, discernimento natural de seus autores no caso dos apóstolos. Mas o apóstolo se transforma em profeta quando declara que é investido por Cristo, o qual o enviou para pregar a boa nova a todas as nações. Assim sendo, ambos falam por uma revelação particular.

Em resumo, embora exista diferença no estilo, na forma de apresentação dos ensinamentos e na vocação, profetas e apóstolos cumpriam um mandato. Os profetas falavam em nome de Deus, enquanto que os apóstolos cumpriam o mandato de Cristo, usando a razão ou a luz natural como um ingrediente a mais nas pregações e redação das cartas. É por isso que Espinosa afirma: “[...], pela sua missão de apóstolos, eram não só profetas, mas também doutores”. (ESPINOSA, 2003: 193). Ou seja, pregavam a história de Cristo como profetas, mas também tinham a autoridade necessária para ensinar e admoestar pela via que cada um julgasse melhor. Dessa maneira, Espinosa é categórico: “[...], aos apóstolos foi concedida, não só a capacidade de profetizar, mas também a autoridade para ensinar”. (ESPINOSA, 2003: 191)

⁶ É interessante notarmos, que apesar de Espinosa dedicar um capítulo inteiro para mostrar a nulidade das cerimônias hebraicas, no sentido da beatitude, ele não deixa de opinar sobre as cerimônias cristãs. Assim, afirma o autor: “Quanto às cerimônias dos cristãos, tais como, o Batismo, a Ceia do Senhor, as festas, as orações exteriores e outras semelhantes, que são e sempre foram comuns a todo o cristianismo, se de fato elas foram alguma vez instituídas por Cristo ou pelos apóstolos (o que, para mim, não está ainda bem esclarecido), foram-no a título de sinais exteriores da Igreja universal e não como coisas que contribuam para a beatitude ou que tenham em si mesmas algo de sagrado”. (ESPINOSA, 2003: 88).

O mais comovente na filosofia e método de interpretação espinosano das Escrituras é que “[...], a religião dispensa os ornamentos da superstição e fica, pelo contrário, privada do seu próprio esplendor quando adornada com semelhantes invenções”. (ESPINOSA, 2003: 197). O que o filósofo defende é que tenhamos acesso a uma religião sem interpretação, sem a interferência do vulgo, o qual prende a palavra de Deus a um determinado número de livros e se julga no direito de dizer o que é certo e o que é errado, ou seja, o que condiz ou não com os ensinamentos de Deus.

O que o filósofo insiste em dizer é que tomar o texto como palavra de Deus é superstição e idolatria. Nesse sentido, ele argumenta: “[...], a Escritura é sagrada e os seus textos são divinos enquanto induzirem os homens à devoção para com Deus; se estes a desprezarem por completo, [...], reduzir-se-á a simples papel e tinta”. (ESPINOSA, 2003: 199). Por conseguinte, a Escritura é insignificante se seus ensinamentos não forem usados para a justiça e a caridade. A verdadeira religião não envolve mistério, milagres ou profecias e sim apenas valores morais e práticas de vida.

Espinosa faz uma crítica ferrenha à teologia, no sentido desta impor uma interpretação como o caminho que leva até Deus e de se manter sustentando a idéia de que Deus e a Bíblia possuem mistérios que precisam ser revelados. Para o filósofo, a Escritura não precisa de interpretação e seus ensinamentos são bastante simples e acessíveis a todos. Interpretar é ter uma concepção inadequada de Deus, é colocar a superstição no meio dos ensinamentos divinos. A verdadeira religião não deve ter nenhuma concepção supersticiosa e teológica.

“É a própria Escritura que explica, sem nenhuma dificuldade ou ambigüidade, que

a lei [divina] se resume em amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos” (ESPINOSA, 2003: 204).. Todos os ensinamentos divinos e morais chegaram aos homens sem sofrer nenhuma alteração no decorrer do tempo. Esses ensinamentos estão presentes na Escritura, ou seja, nesse sentido as Escrituras ensinam a verdadeira religião e levam a palavra de Deus. Os ensinamentos de Deus consistem, pois em: Deus existe, que a providência é universal, que é onipotente, que os bons serão recompensados e os maus castigados, e que a nossa salvação depende unicamente da sua graça. Devemos defender a justiça, auxiliar os pobres, não matar, não cobiçar o alheio, etc.

A lei divina não é texto, não é interpretação. Ela é simplesmente a noção verdadeira de Deus. E as Escrituras nós dá essa noção verdadeira, a qual refere-se, a saber, que Deus existe, ele nos ama, devemos amar uns aos outros, ele nos perdoa e auxilia. Colocar em prática essas verdades é viver a verdadeira religião, é viver de acordo com Deus. É por isso a palavra de Deus resume-se a um conjunto de verdades e não texto. O texto não tem valor algum se não colocamos em prática aquilo que Deus ensina. Em suma, obcecado pelo uso da razão como única forma libertadora do homem e indignado com a forma que a teologia vinha explorando a Escritura para dar vazão aos seus dogmas, Espinosa transformou sua obsessão em matéria prima para a composição de obras como o TTP e a Ética. “Quão feliz seria agora o nosso tempo se a vissemos (a religião) igualmente liberta de toda espécie de superstição!” (ESPINOSA, 2003: 195)



Bibliografia

- ALAIN, E. *Spinoza*. Paris: Gallimard, 1986.
- BATESON, G. *Mind and nature: a necessary unity*. Nova York: Avon Books, 1980.
- CHAUÍ, M. “*Espinosa, vida e obra*”. In: Os Pensadores. Espinosa. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. v-xxii.
- _____. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995.
- _____. *A nervura do real: imanência e liberdade em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DURANT, W. *A história da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ESPINOSA, B. *Tratado Teológico-Político*. Trad. Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
- MOREAU, P. *Spinoza*. Paris: Seuil, 1975.
- NADLER, S. *Espinosa, vida e obra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2003.
- RUSSELL, B. *Historia de la filosofía occidental*. Madrid: Espasa Calpe, 1995. (2vols.)
- SCALA, A. *Espinosa*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- SCRUTON, R. *Spinoza*. Nova York: Oxford University Press, 1986.
- VARELA, F. “*Neurophenomenology; a methodological remedy to the hard problem*”. In: Journal of Consciousness Studies 3:330-50, 1996.
- _____. *Sobre a competência ética*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- ZWEIG, A. *The living thoughts of Spinoza*. Greenwich, Connecticut: Fawcett Publications, 1959.

Resumo: Para Espinosa, a superstição desvia o homem do verdadeiro conhecimento de Deus, mantendo-o na ignorância. Mas, afinal o que causa a superstição e porque somos tão supersticiosos? Este artigo procura reconhecer a singularidade e a importância da reflexão tecida por Espinosa sobre a ignorância em que estamos mergulhados em relação às Escrituras, à religião e à teologia. O filósofo inspeciona a superstição em todas as suas formas, política, religiosa e filosófica, e analisa suas conseqüências na vida social e no governo de uma nação.

Palavra-chave: imaginação, superstição, teologia, ética, político

Abstract For Spinoza , superstition turns man away from the true knowledge of God , keeping it in ignorance. But after all, what causes superstition and because we are so superstitious ? This article tries to recognize the singularity and the importance of the reflection woven by Spinoza on the ignorance in which we are immersed in relation to Scripture , religion and theology. The philosopher inspects the

superstition in all their forms , be her politics, religious and philosophical and analyze their consequences in social life and in the government of a nation.

Keywords: imagination, superstition, theology, ethics, political

***Luanda Gomes dos Santos Julião** é doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Dentre seus temas de pesquisa estão as relações entre a arte, liberdade, moral e a ontologia (mais especificamente na filosofia de Henri Bergson) e filosofia francesa contemporânea